

DOCUMENTOS PARA O ENSINO

ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DE PORTUGAL CONTINENTAL EM 1970

Foram publicados recentemente dois volumes relativos ao recenseamento da população de 1970 ⁽¹⁾, o primeiro fornecendo alguns dados estatísticos sobre a estrutura da população e o segundo sobre as condições sócio-económicas. Pareceu-nos constituir assunto de interesse a análise da estrutura etária.

Dado que se trata de uma amostragem, os valores apurados podem, naturalmente, apresentar erros, tanto maiores quanto menores os valores em causa. No início dos volumes é apresentado um cálculo do erro de amostragem, de que destacamos os erros relativos aos menores valores absolutos.

Resultados	Intervalo de confiança de 95%	
	Valores absolutos	Valores percentuais
5 000	4 700 — 5 300	± 6
2 000	1 820 — 2 180	± 9
1 000	870 — 1 130	± 13
500	410 — 590	± 18
300	230 — 370	± 23
100	60 — 140	± 40
60	30 — 90	± 50

«Como se nota, os números pequenos podem ser afectados de um erro relativamente importante, daí a necessidade de serem considerados apenas como indicadores de grandeza do fenómeno».

A análise que se segue, a nível de concelho, foi feita obedecendo ao seguinte critério: consideraram-se três grandes grupos etários: «velhos» de idade superior a 65 anos, «adultos» de idade compreendida entre 20 e 65 anos e «jovens» de idade inferior a 20 anos. O problema

⁽¹⁾ Portugal, 11.º Recenseamento da População (Continente e Ilhas Adjacentes), 1970, Estimativa a 20%, 1.º e 2.º Volumes, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, 1973, p. n/ numeradas.

que se põe é o da validade dos resultados obtidos para os menores valores numéricos, isto é, para o grupo de idade superior a 65 anos, onde se encontram alguns concelhos com valores totais próximos de 300, e, em dois casos excepcionais, valores de 190 (concelhos de Alvito e Barrancos no distrito de Beja).

Dado que, nos concelhos onde o grupo de idade superior a 65 anos tem valores compreendidos entre 230 e 370, o erro possível será da ordem de mais ou menos 23 p. 100, parece-nos útil indicar quais os concelhos em tais condições, pois a sua inclusão numa ou noutra das classes consideradas pode ser afectada (fig. 1 e 2).

Trata-se dos concelhos de S. João da Madeira (Aveiro), Cuba (Beja), Freixo de Espada à Cinta e Vila Flor (Bragança), Vila Nova de Poiares (Coimbra), Mourão e Venda Nova (Évora), Aguiar da Beira e Manteigas (Guarda), Castanheira de Pêra (Leiria), Arronches, Castelo de Vide e Monforte (Portalegre), Alpiarça, Constância e Vila Nova da Barquinha (Santarém), Alcochete e Sines (Setúbal), Penedono, Tarouca e Vila Nova de Paiva (Viseu), Mesão Frio e Murça (Vila Real).

A legenda dos mapas 1 e 2, relativos à estrutura etária da população masculina e feminina, respectivamente, mostra que se adoptou uma divisão em classes que caracteriza cada concelho em função das percentagens relativas dos três grupos de idades: «velhos», «adultos» e «jovens».

O critério adoptado para definir os limites percentuais das classes teve em conta vários factores. Assim, procuraram-se limites máximos que abrangessem simultaneamente os valores extremos, tanto da população masculina como da população feminina, sem que essa obrigatoriedade impusesse a modificação dos valores limites definidores das classes. Esta opção, se por um lado permite uma comparação mais fácil entre a estrutura etária da população masculina e feminina, obriga, por outro, a adoptar limites de classes mais largos e ainda a considerar seis classes para a população masculina e apenas cinco para a população feminina.

De acordo com o critério seguido, uniformizaram-se os limites de variações percentuais por classe — 10 p. 100 —, por razões de ordem formal e porque tal opção não afectava a classificação pretendida. Resultaram assim iguais as áreas de todas as classes.

Pareceu-nos ser esta amplitude (10 p. 100) a que melhor correspondia à necessidade de não considerar um número demasiado de classes, o que tornaria difícil a leitura dos mapas, permitindo todavia uma representação suficientemente expressiva, na medida em que cada classe é definida por percentagens que caracterizam tipos de estrutura etária suficientemente distintas das restantes (fig. 3). Note-se que, como é evidente, para concelhos em situação de fronteira entre duas classes consecutivas, a estrutura etária não será vincadamente característica de uma dada classe, mas corresponde a uma transição entre ambas.

Com base neste critério, vejamos como se apresenta a estrutura etária da população portuguesa.

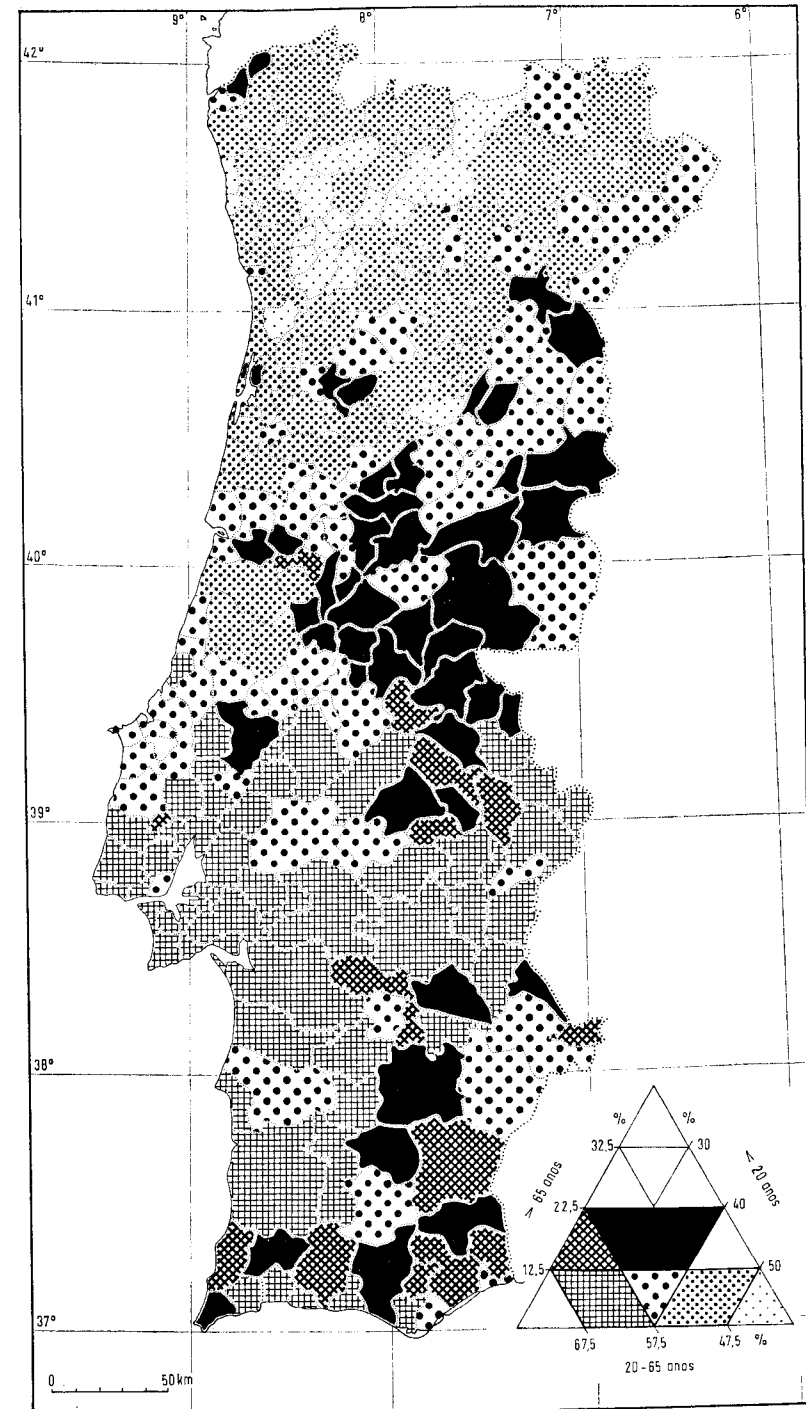


Fig. 1 — Estrutura etária da população masculina por concelhos, 1970.

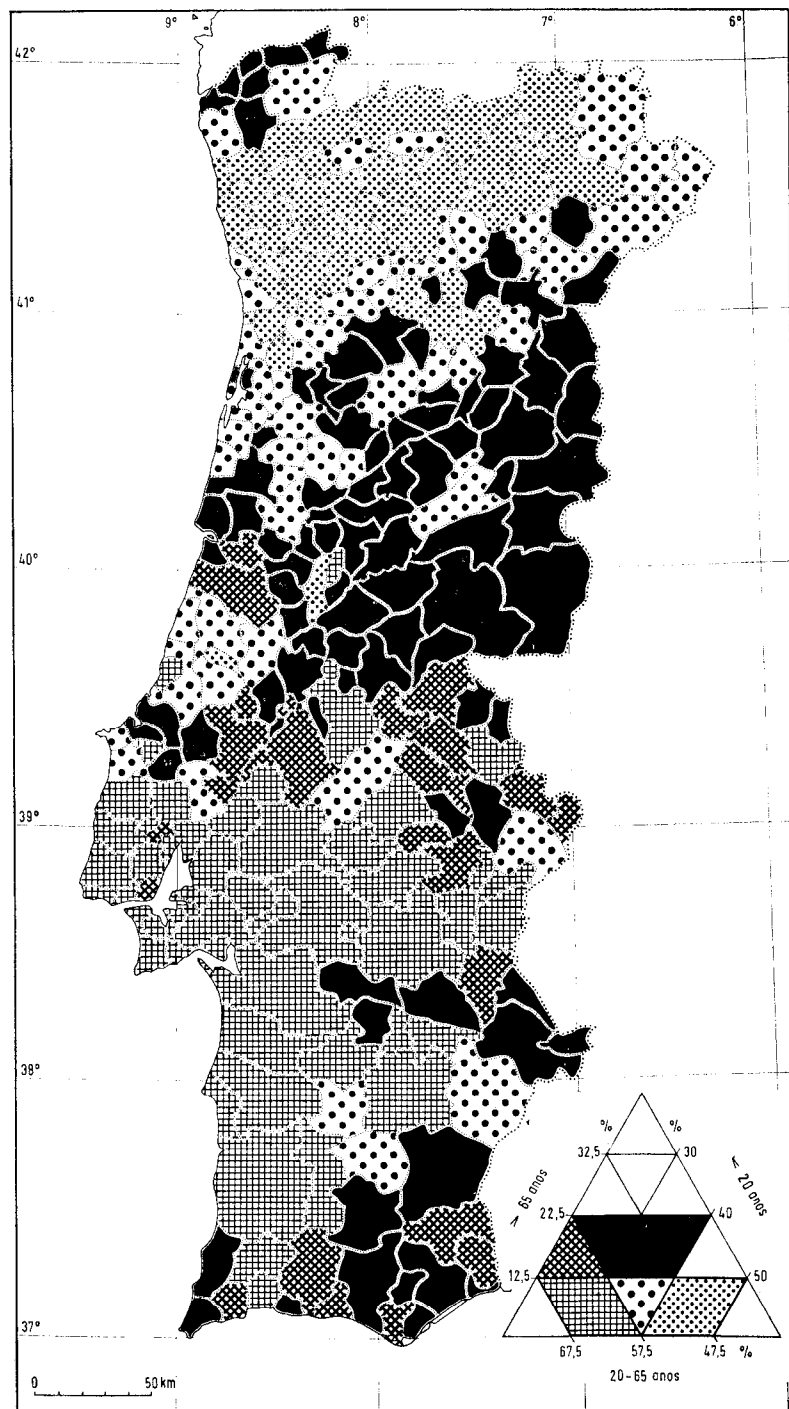


Fig. 2 — Estrutura etária da população feminina por concelhos, 1970.

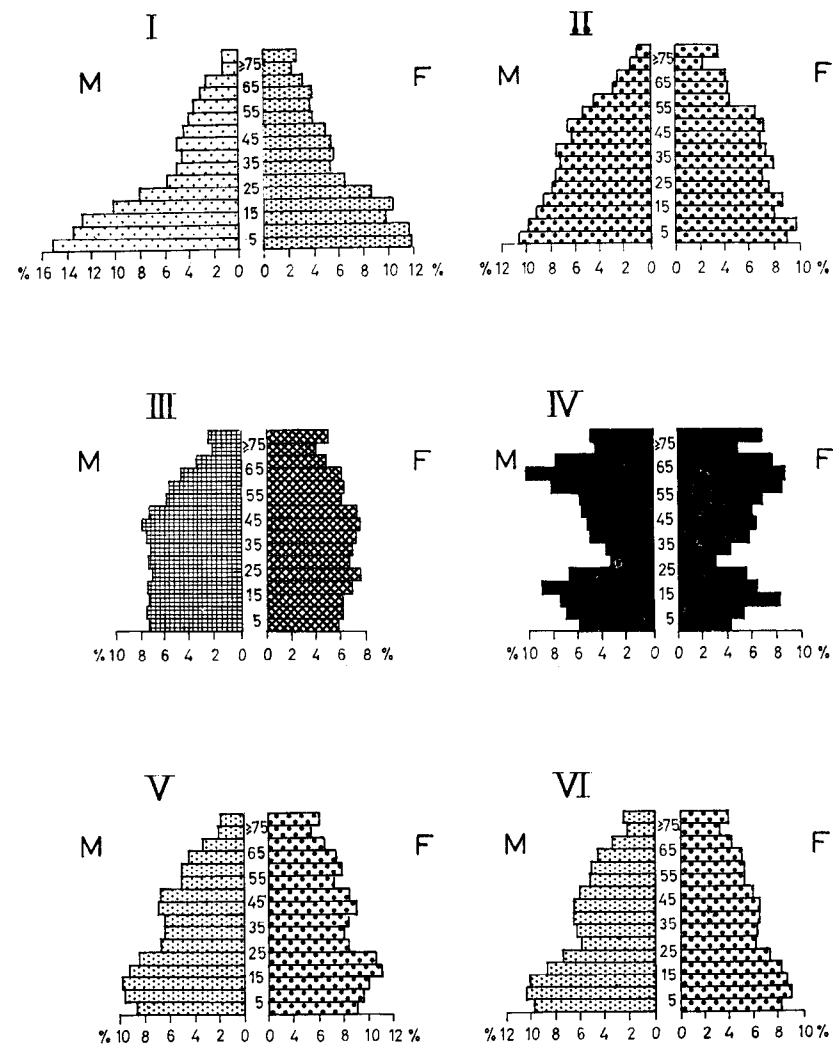


Fig. 3 — Pirâmides de idades, 1970 (em percentagens). I — Concelho da Póvoa de Varzim; II — concelho de Marinha Grande; III — concelho de Lisboa; IV — concelho de Idanha-a-Nova; V — concelho do Porto; VI — Continente.

Da análise da figura 1 ressalta, logo, a não uniformidade de repartição no espaço das classes definidas. Podemos no entanto considerar quatro áreas: a primeira, o Norte do País e grande parte da faixa litoral ocidental — sensivelmente até ao norte do distrito de Lisboa — com dominância de população jovem; a segunda, o centro e interior do País, com estrutura etária muito semelhante à terceira, faixa litoral meridional e distritos do interior do Alentejo, onde se nota uma primazia do grupo de idade superior a 65 anos, ou, quando muito, dos grupos de idade «adultos» e «velhos»; finalmente, uma quarta área englobando a maior parte dos distritos de Lisboa, Santarém, Setúbal, litoral do Alentejo e parte dos distritos de Évora e Portalegre, com dominância de população «adulta».

A análise da estrutura etária da população feminina (fig. 2) permite evidenciar dois factos essenciais: mantém-se a divisão em quatro grandes áreas, as consideradas quanto à população masculina, diminuindo todavia sensivelmente a área onde domina a população «jovem» — faixa norte e litoral — e alargando-se a segunda, justamente a que acusa um envelhecimento muito acentuado da população — concelhos do centro do País, faixa costeira meridional e interior do Alentejo.

Apesar de, na análise acima esboçada, se fazer menção a concelhos de dominância de «velhos», «adultos» ou «jovens», a expressão dominante não significa, como é óbvio, maior percentagem de um dado grupo de idades relativamente aos outros dois — tem apenas um significado tendencial.

Na figura 3 cartografaram-se as pirâmides de idades de alguns concelhos, de modo a ilustrar exemplos de cada uma das classes consideradas, mantendo-se, para uma mais fácil leitura, as convenções adoptadas nos mapas 1 e 2.

Sem pretendermos descrever cada uma das pirâmides, vale a pena chamar a atenção para a oposição entre a estrutura etária de um concelho considerado «jovem», Póvoa de Varzim, de um concelho onde domina a população «adulta», Lisboa, e finalmente de um concelho de dominância de população «velha», Idanha-a-Nova (fig. 3).

Conhecida a imagem espacial da estrutura etária da população masculina e feminina, e uma vez que existem diferenças consideráveis entre ambas, pareceu-nos útil cartografar o «sex-ratio» de cada um dos concelhos do continente (fig. 4).

É curioso notar que, salvo 4 concelhos no Norte do País e 18 no Sul, em todos é superior o número de mulheres. A dominância é mais marcada no Noroeste e centro do País, sobretudo a norte da Cordilheira Central e muito menos vinculada em Trás-os-Montes, na Estremadura e Ribatejo e em toda a área a sul do Tejo. Convém desde já apontar que as áreas atrás definidas, a propósito das figuras 1 e 2, se não sobrepõem às que agora se destacam. Todavia, se se pode estabelecer alguma correspondência entre as áreas consideradas nas figuras 1 e 2 e as deste mapa, ela define-se então para a quarta área (distritos de

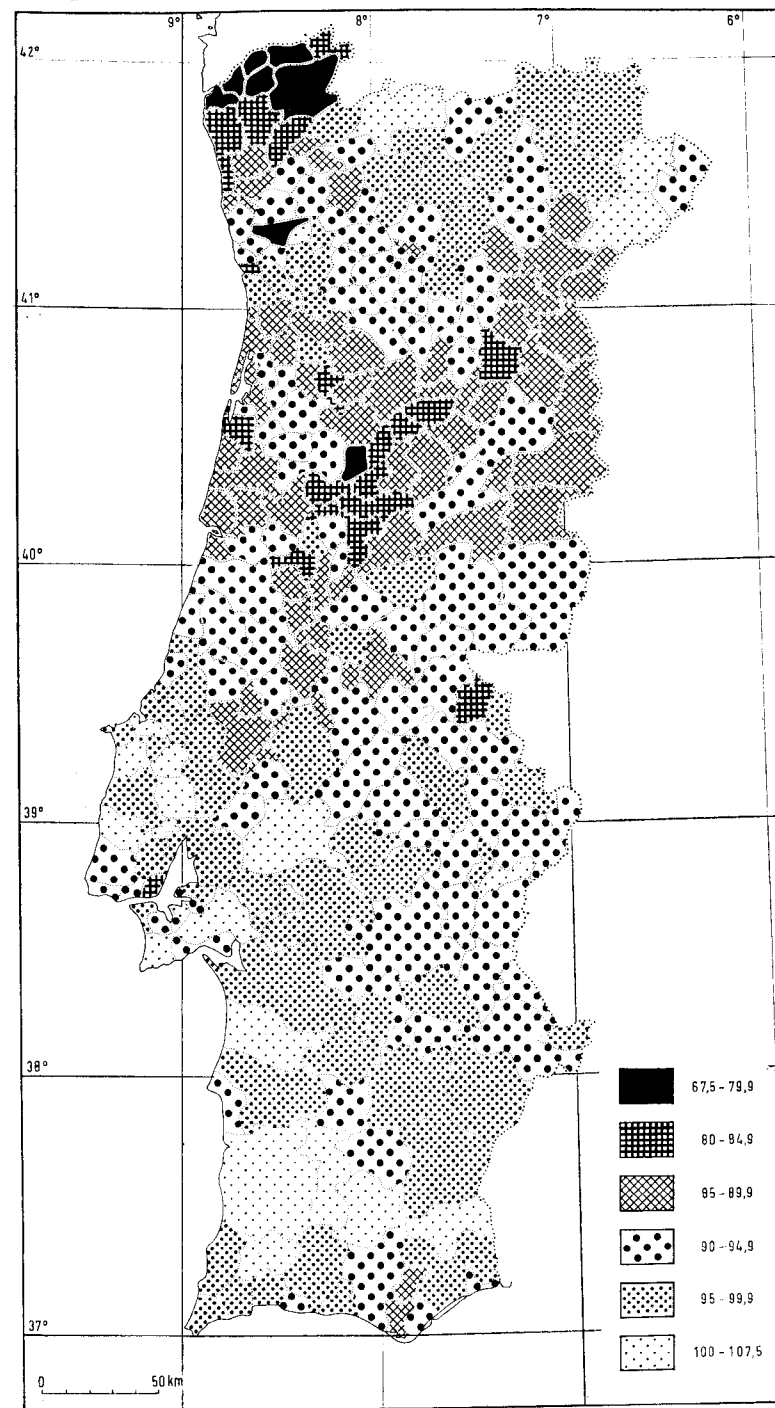


Fig. 4 — «Sex-ratio» por concelhos, 1970
(N.º de homens/N.º de mulheres \times 100).

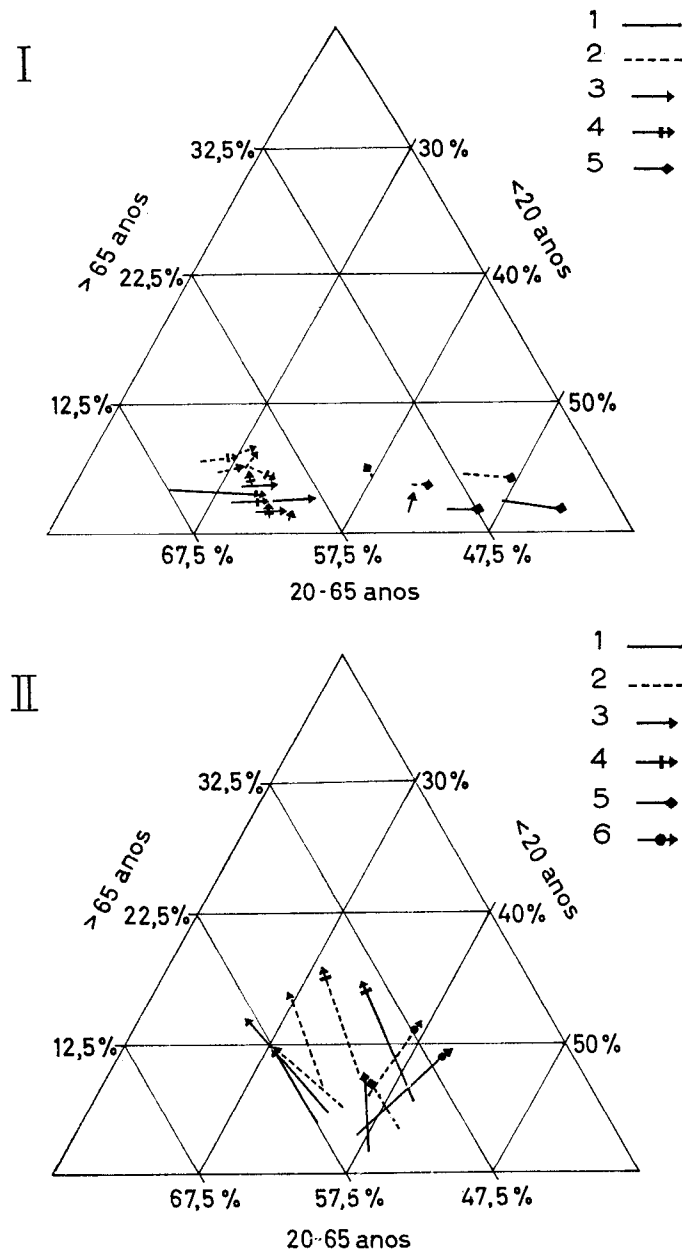


Fig. 5 — Evolução da estrutura etária na década 1960/1970. I — Alguns concelhos onde se verificaram aumentos de população. 1 — população masculina; 2 — população feminina; 3 — concelhos de Cascais, Loures, Oeiras e Sintra (Lisboa); 4 — concelhos de Almada, Barreiro e Seixal (Setúbal); 5 — concelhos de Maia, Paredes e Valongo (Porto). II — Alguns concelhos onde se verificaram diminuições de população. 1 — população masculina; 2 — população feminina; 3 — concelhos de Mértola e Ourique (Beja); 4 — concelho de Miranda do Douro (Bragança); 5 — concelho de Sabugo (Braga); 6 — concelho de S. João da Pesqueira (Viseu).

Lisboa, Setúbal e Santarém), isto é, para os concelhos onde domina a população adulta. Nestes concelhos o «sex-ratio» fica próximo de 100.

Só é possível explicar as razões de determinado facto demográfico através de um estudo exaustivo de muitas variáveis — evolução numérica da população, saldos fisiológicos, taxas de fecundidade, migrações, etc. — e não é este o nosso propósito. O dado em si é já, apesar de tudo, um elemento de interesse para a caracterização da população, sobretudo se se tiver em conta a evolução do fenómeno (fig. 5).

Aí se pretende pôr em evidência a evolução da estrutura etária em alguns dos concelhos, onde, na década 1960/1970, se verificaram aumentos acentuados de população (fig. 5, I) e em alguns outros onde as perdas de população foram muito significativas (fig. 5, II). Em qualquer dos casos pode comparar-se a evolução da população masculina e feminina. Assim (fig. 5, I) nos concelhos onde se verifica aumento de população nota-se que a tendência foi para um acréscimo de população «jovem»; apenas num ou noutro caso, e quase só para a população feminina, se detecta uma tendência para o envelhecimento. Na figura 5, II (concelhos onde houve perdas de população na última década) nota-se que, tanto em relação à população masculina como à população feminina, a tendência foi para um envelhecimento acentuado, muito mais vincado do que em I.

Sendo facto conhecido que a maioria dos concelhos do continente sofreu decréscimos de população consideráveis⁽²⁾ e que a tendência nestes concelhos é para um envelhecimento muito marcado, parece-nos ser a situação bastante preocupante, tanto do ponto de vista demográfico como pela incidência possível na economia do País, tanto mais que nos concelhos onde se verificaram aumentos de população o acréscimo de população jovem foi pouco marcado.

M. FERNANDA ALEGRIA

(²) JORGE GASPAR, «Os resultados preliminares do 11.º Recenseamento da População», *Finisterra*, vol. vi, pp. 295-301, Lisboa, 1971.